



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

PAULO FREIRE E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DE UM CURSO DE EJA

PAULO FREIRE Y SU INFLUENCIA EN LA CONSTITUCIÓN DE UN CURSO EJA

PAULO FREIRE AND HIS INFLUENCE ON THE CONSTITUTION OF AN EJA COURSE

Ana Rafaela Correia Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais
anarafaelfac@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa que buscou investigar a influência de Paulo Freire na constituição e desenvolvimento de um curso de suplência, direcionado a estudantes jovens, adultos e idosos, no 2º segmento do Ensino Fundamental, na Rede Pública Municipal de Educação de Betim, no estado de Minas Gerais. A fonte principal para essa constituição são as entrevistas realizadas com nove sujeitos, entre professores e pedagogos, com o uso da metodologia da História Oral. Para a análise empreendida, destacou-se excertos referentes ao curso de suplência, com a intenção de elaborar compreensões sobre a sua implantação e organização. Embora o curso tenha sido implementado de forma experimental em apenas algumas escolas, as narrativas dos colaboradores demonstram um desejo e uma tentativa de se repensar a organização administrativa da modalidade Educação de Pessoas Jovens e Adultas, destacando a importância de Paulo Freire nesse processo. Além disso, foi mencionada a metodologia de projetos de trabalho como principal prática pedagógica do ensino destinado a jovens, adultos e idosos naquele período.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. História da Educação. História Oral.

Resumen: Este artículo presenta algunos resultados de una investigación que buscó indagar en la influencia de Paulo Freire en la constitución y desarrollo de un curso sustituto, dirigido a estudiantes jóvenes, adultos y ancianos, en el 2º segmento de la Escuela Primaria, en la Red Municipal de Educación Pública. de Betim, en el estado de Minas Gerais. La principal fuente de esta constitución son las entrevistas realizadas a nueve sujetos, entre docentes y pedagogos, utilizando la metodología de Historia Oral. Para el análisis realizado, se destacaron extractos referentes al curso sustituto, con la intención de desarrollar entendimientos sobre su implementación y organización. Si bien el curso se ha implementado de manera experimental en solo unas pocas escuelas, las narrativas de los empleados demuestran un deseo y un intento de repensar la organización administrativa de la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos, resaltando la importancia de Paulo Freire en este proceso. Además, se mencionó la metodología de proyectos de trabajo como la principal práctica pedagógica de la enseñanza dirigida a jóvenes, adultos y ancianos en ese período.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Historia de la educación. Historia oral.

Abstract: This article presents some results of a research that sought to investigate the influence of Paulo Freire in the constitution and development of a substitute course, aimed at young, adult and elderly students, in the 2nd segment of Elementary School, in the Municipal Public Education Network



of Betim, in the state of Minas Gerais. The main source for this constitution are the interviews carried out with nine subjects, including teachers and pedagogues, using the methodology of Oral History. For the analysis undertaken, excerpts referring to the substitute course were highlighted, with the intention of developing understandings about its implementation and organization. Although the course has been implemented in an experimental way in only a few schools, the employees' narratives demonstrate a desire and an attempt to rethink the administrative organization of the Youth and Adult Education modality, highlighting the importance of Paulo Freire in this process. In addition, the methodology of work projects was mentioned as the main pedagogical practice of teaching aimed at young people, adults and the elderly in that period.

Keywords: Youth and Adult Education. History of Education. Oral History.

Considerações iniciais

Este texto apresenta trechos da análise de uma pesquisa que buscou constituir versões históricas para o ensino de Matemática em cursos de Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EJA), no segundo segmento do Ensino Fundamental, oferecidos pela Rede Pública municipal de Educação (RPME) da cidade de Betim, no estado de Minas Gerais, entre 1995 e 1999. Essa constituição foi realizada por meio de entrevistas realizadas com educadores, entre professores e coordenadores pedagógicos, utilizando a História Oral como princípio teórico e metodológico.

Um dos questionamentos que orientou especificamente, o desenvolvimento deste trabalho, envolve compreender: Qual a influência de Paulo Freire na constituição e desenvolvimento de um curso de suplência, direcionado a estudantes jovens, adultos e idosos, no 2º segmento do Ensino Fundamental, na RPME de Betim? Para tanto, analisamos as entrevistas dos educadores que atuaram nesses cursos, seja na elaboração da proposta ou como educadores, junto aos estudantes.

Nos depoimentos dos profissionais que entrevistamos, observa-se a influência direta das concepções e ideias de Paulo Freire, educador que inspirou a elaboração da proposta pedagógica do curso de Suplência na RPME de Betim. Além disso, eles relataram que o próprio Paulo Freire esteve presente na cidade, realizando conferências e debatendo suas concepções, no intuito de contribuir para a constituição dos cursos de EJA na cidade.

As narrativas dos educadores que entrevistamos são consideradas, pois, nossas fontes históricas. A partir das entrevistas realizadas, foram elaboradas narrativas, autorizadas pelos sujeitos para fins de pesquisa. A escolha metodológica central dessa investigação foi a "História Oral", ou "História (re)constituída a partir da oralidade" (GARNICA, 2010, p. 80). Nossa intenção não foi reconstituir "uma" história, mas "construir histórias a partir de narrativas do presente sobre o passado" (SILVA; GARNICA, 2014, p. 4).



História Oral: Referencial teórico e metodológico

Para o desenvolvimento do estudo, consideramos essencial uma “abordagem qualitativa de pesquisa que vincula oralidade e memória” (GARNICA, 2005, p. 2). Por isso, a História Oral foi escolhida, além do fato de ser uma metodologia bastante utilizada nas pesquisas que versam sobre a História da Educação (GARNICA, 2010a).

A História Oral é, pois, um método de pesquisa que privilegia a "realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo" (ALBERTI, 2004, p. 18). Porém, mais do que a criação de fontes a partir da oralidade, os pressupostos que a orienta indica também porque construir essas fontes e como valer-se delas, além de questões geradoras de pesquisa e abordagens de análise (GARNICA, SOUZA, 2012).

Para o trabalho de campo da pesquisa, ou seja, para o levantamento historiográfico, foram realizadas entrevistas com nove profissionais, entre professores e pedagogos que trabalharam no – ou coordenaram o – cursos destinados a estudantes jovens, adultos e idosos, na RPME de Betim, no período de 1995 a 1999. Dentre os nossos colaboradores, cinco são professores: Cordovil Neves de Souza (apelidado como Vila), Danilo José de Souza, Lázaro Mariano Alves, Luiz Carlos da Cunha e Silvana Aparecida Ferreira Bicalho Carvalhaes. Quatro dos entrevistados são pedagogos: Alfredo Elmer Johnson Rodriguez, Mônica Raquel de Azevedo, Eliana Maria Batista Lima e Maria do Carmo Amaral Gomes da Mata (conhecida como Carminha), sendo que desses, dois foram coordenadores (Alfredo e Carminha).

Para a seleção dos sujeitos, não houve a escolha de nenhum critério a priori. Uma das fontes utilizadas para encontrar possíveis colaboradores foram os documentos oficiais. Neles, havia nomes de diversos professores, pedagogos e coordenadores. Os demais profissionais foram selecionados via "critério de rede" (GARNICA, 2010): um colaborador sugere outros colegas ou conhecidos, considerados por ele como potencialmente interessantes para a pesquisa. Para Souza (2011, p. 76), o critério de rede, em que um depoente indica outro, que, por sua vez, indica outro, e assim sucessivamente, "tem-se mostrado um excelente meio de trabalhar com vidas entrelaçadas em diferentes espaços e tempos". Importante ressaltar que não houve uma preocupação de representatividade amostral ou estatística na escolha dos colaboradores.

Os procedimentos metodológicos para a elaboração das narrativas envolveram alguns passos: as entrevistas e a sua transcrição, e depois, a transformação em textualizações. As textualizações elaboradas são versões editadas das entrevistas transcritas, nas quais foram



suavizadas as marcas da oralidade e as falas foram agrupadas tematicamente. Nessas textualizações, aqui também referidas como narrativas, esses educadores falaram de si, de suas experiências profissionais, do funcionamento dos cursos para estudantes jovens e adultos e de suas práticas pedagógicas. É significativo enfatizar que todos os entrevistados concordaram com a divulgação de seu nome e autorizaram a utilização das gravações, transcrições e textualizações de suas entrevistas. No que diz respeito às textualizações, os colaboradores, em alguns casos pontuais, solicitaram pequenos ajustes nos textos que primeiramente lhes foram apresentados.

Nessas narrativas buscou-se depreender, a partir da reconstituição de aspectos das histórias de vida desses sujeitos (GARNICA, 2003), suas representações, experiências e vivências, para compreender o contexto educativo da época em que estavam inseridos, buscando “perceber o significado dos acontecimentos no âmbito subjetivo da experiência humana” (VIEIRA, 2006, p. 26). Contudo, ao utilizar a História Oral como metodologia, a intenção não é reconstituir “uma” história, mas “construir histórias a partir de narrativas do presente sobre o passado” (SILVA, GARNICA, 2014, p. 4). Assume-se, pois, uma “perspectiva cultural”, em que “o sujeito, que se constitui a si próprio no exercício de narrar-se, explica-se e dá indícios, em sua trama interpretativa, para compreensão do contexto no qual ele está se constituindo” (GARNICA, 2003, p. 16).

Neste trabalho, em especial, focalizou-se os momentos em que os entrevistados falaram sobre os processos de implantação do curso de suplência e como Paulo Freire foi essencial na constituição do curso.

A cidade de Betim e a demanda pela escolarização de sujeitos jovens, adultos e idosos

Os “olhos” com que “revejo” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições de hoje, passaria. Afinal o passado se compreende não se muda (FREIRE, 2002, p. 19).

A Constituição Federal de 1988 trouxe o reconhecimento do acesso à educação como um direito público subjetivo e a EJA como direito daqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade dita “apropriada” (CURY, 2007). A partir da promulgação dessa Carta Magna é que observamos a multiplicação de iniciativas pedagógicas voltadas para a



educação escolar formal¹ de estudantes jovens, adultos e idosos nas redes públicas municipais de Minas Gerais.

Um de nossos depoentes, Danilo José de Souza, relatou que trabalhou como professor de Matemática no ensino noturno regular de Betim entre 1989 e 1994. Ele contou suas impressões sobre naquele momento: “no início, quando comecei no terceiro turno, o público do ensino regular era de adolescentes e jovens. Lembro-me de que eu trabalhei com alunos que tinham a minha idade (eu tinha 20 anos na época). Era um trabalho normal. Alguns alunos eram trabalhadores, outros não. Alguns tinham a opção mesmo de estudar à noite, porque estavam procurando emprego, outros não. As turmas funcionavam normalmente, como se fosse o diurno, não tinha nenhuma diferença”.

De modo semelhante, o professor Luiz Carlos da Cunha, que também trabalhou com Matemática no ensino regular noturno, porém de 1991 a 1994, nos contou que “havia muitos alunos já na fase final da adolescência, caminhando pra fase adulta. Mas, de uma maneira geral, era grande parte que já estava fora da faixa etária. Nem eram tanto os alunos que eram reprovados dos outros turnos. Boa parte também era daqueles que não estudaram em tempo hábil, porque por algum motivo deixaram de estudar”. O professor reforça nossa consideração de que a expansão industrial de Betim e seu conseqüente crescimento populacional contribuíram para o aumento na demanda por educação para estudantes jovens e adultos: “Naquela época, Betim estava crescendo muito, vinha muita gente de fora, pessoas assim “de roça”, do interior, e que não tiveram a oportunidade de estudar em tempo hábil, no tempo correto, e quando chegaram aqui, com as oportunidades que eles estavam tendo, resolveram recuperar o tempo perdido. Já eram aqueles alunos, assim, característicos mesmo de cursar a EJA, mas esses cursos só foram implantados depois. Era um curso tradicional mesmo, seriado, por ano, por nota...”.

Betim é uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Possui mais de 400.000 habitantes, sendo a quinta cidade mais populosa do estado. É conhecida por ser uma cidade industrial, sede de empresas de grande porte do ramo automobilístico e petrolífero que se instalaram na cidade a partir das décadas de 1960 e 1970.

Em virtude dessa característica, tornou-se uma cidade com grande expansão demográfica, conforme ressaltou o nosso colaborador Alfredo Elmer Johnson Rodriguez, pedagogo, que fazia parte da Secretaria Municipal de Educação: “especialmente na década de 1990, o que mais se acentuava era sua característica sociodemográfica: (...) desde a vinda

¹ Entende-se aqui como educação formal aquele formato de educação tradicional, em que as aulas acontecem cotidianamente na escola.



de grandes empresas, como a FIAT e a Petrobrás, bem como de suas grandes empreiteiras subsidiárias, [Betim] se tornou uma atração de empregos, de trabalho na área industrial”. Com isso, veio, porém, os problemas advindos dessa expansão industrial, conforme ponderou Alfredo: “Desafortunadamente, os grupos de imigrantes que vinham de diversas regiões de Minas e do Brasil eram populações que carregavam consigo todas as mazelas da exclusão social, política e educacional. Eram realmente populações muito carentes de escolarização; vinham jovens, adultos, famílias inteiras. Betim sempre cresceu em um nível de mais ou menos de 10 a 12% por ano em termos populacionais. Até hoje, apenas 1/3 da população é betinense, natural de Betim; os outros 2/3 são de fora, gente que migrou para cá em busca de novas oportunidades de trabalho e vida...”.

Para conseguir suprir a crescente demanda por escolarização, a RPME de Betim se viu obrigada a ampliar a oferta, de acordo com os diversos públicos a serem atendidos. Cordovil Neves de Souza, apelidado como Vila, disse que muitas escolas de Betim tinham “até quatro turnos. Mas não era EJA, era ensino normal mesmo. Nas décadas de setenta, oitenta, até parte de noventa, tinha ensino normal. Havia escolas em que as aulas eram de 18h às 22h, 18h às 23h e também de 19h às 23h. Na década de 90 começaram a construir escolas municipais e aí foram diminuindo os turnos em que as escolas funcionavam, mas isso era comum, em todas as escolas”.

Maria do Carmo Amaral Gomes da Mata, conhecida como Carminha, também nossa colaboradora, contou que atuou como pedagoga no ensino noturno ainda na década de 1980, já com um público estudantil de ensino noturno: “Na Rede Municipal de Betim, eu comecei a trabalhar como pedagoga em 1986, à noite, com alunos de uma faixa etária maior, com mais dificuldade de aprendizagem ou que paravam de estudar”. Ela contou que esse era o perfil de alunos do turno da noite na escola em que trabalhava na Rede Municipal de ensino, a Escola Municipal “Antônio D’Assis Martins”, conhecida na cidade como “Gigante” ou “Gigante da Vila”, uma das mais antigas da rede e que está localizada no centro da cidade. “Quando eu fui para lá, só havia três turmas de ensino regular e, mesmo assim, iriam finalizar, pois havia muita indisciplina, evasão e repetência. Fui com o desafio de abrir mais turmas e fazer um bom trabalho, porque sempre gostei muito do ensino noturno”. Ela conta ainda: “A minha bandeira era o ensino noturno. O prefeito da cidade na época² tinha um carinho muito grande com o ‘Gigante da Vila’; ele disse que não admitia ver a escola não sendo bem utilizada à noite”.

² Carminha refere-se a Newton Amaral Franco, conhecido na cidade como “Biu”, que faleceu sem terminar o mandato.



Carminha lembrou que a falta de um projeto específico que considerasse as características dos estudantes jovens e adultos levava a resultados muito insatisfatórios nas escolas da rede que ofereciam o ensino noturno regular. “Era muito comum uma turma de 20 alunos terminar o ano letivo com sete, oito alunos no máximo, sendo que desses, apenas dois ou três eram aprovados. Era desse jeito! Por isso, começamos a trabalhar para tentar reverter esse quadro”, aponta Carminha.

Carvalho (1989), ao investigar o ensino regular noturno na década de 1970, já indicava um alto índice de evasão. Apesar de ter um campo de pesquisa diferente (a cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo), a autora afirma que estudos do final da década de 1950 apontavam que seria preferível fechar o ensino noturno, pois o número de evasões e de repetências era muito grande e gerava grandes prejuízos ao Estado. Carvalho (1989) argumenta que a diferença entre o ensino diurno e o noturno, em São Paulo, na década de 1980, não era a repetência, mas sim, a evasão. “É claro que a evasão pode ser, em muitos casos, uma “repetência branca”: o aluno está indo mal, então desiste. Desiste para se matricular novamente dois ou três anos em seguida, ou então desiste e vai para o supletivo, ou então, para de estudar” (CARVALHO, 1989, p. 21).

Esse cenário de evasão foi confirmado por Bitencourt (2009) que trouxe, em sua dissertação, um breve retrospecto do cenário educacional de Betim. A autora afirma que a cidade de Betim iniciou a década de 1990 sob tensão no debate educacional, tal como ocorria em nível mundial e nacional. O ensino noturno da rede pública municipal oferecido a estudantes jovens e adultos não se constituía uma modalidade específica de EJA. Dados apontados por ela dizem que era oferecido o Ensino Fundamental regular noturno (ou ensino de 1º grau) com quatro anos de duração em 37 escolas da RPME de Betim.

Carminha nos contou que na cidade de Betim especificamente, um movimento para desenvolver algum projeto para o ensino noturno se iniciou em 1993, na gestão de Maria do Carmo Lara, do Partido dos Trabalhadores (PT), que também era professora. Ela contou: “Em 1993, quando a Maria do Carmo assumiu a Prefeitura, me convidou para trabalhar na Secretaria de Educação. Lá se discutia sobre tudo, menos sobre ensino noturno³. Eu questionei: “Ah, não, mas e o ensino noturno? Não vamos falar nada?”. Então, começamos um movimento, nos colocando junto com os professores do ensino noturno”.

Mesmo não tendo participado especificamente dos processos de organização e implantação da suplência, Alfredo afirmou que, em Betim, “a demanda de alfabetização,

³ Observa-se que a EJA foi chamada durante muito tempo de “ensino noturno” por parte da Secretaria Municipal de Educação, conforme consta nos documentos oficiais (BETIM, 1996; BETIM, 1999) e nas falas de nossos colaboradores.



portanto, era enorme e crescente. Então, o governo de cunho democrático-popular, tinha um compromisso com essas questões e os jovens e adultos não alfabetizados eram um público importante. Daí a necessidade de se criar um programa específico, destinado a prover educação, pelo menos a alfabetização básica, a esse público. Isso é o que me lembro, pelo menos o que me informaram”.

Posto isso, o município de Betim, seguindo o mesmo caminho das redes municipais vizinhas, não poderia ficar de fora. Belo Horizonte e Contagem já iniciavam discussões sobre EJA. Além disso, na década de 1990 em especial houve um crescimento significativo das iniciativas voltadas para a EJA em diversas redes municipais de ensino de todo o país. Segundo Soares (1999), "a desobrigação da União para com a educação de adultos transferiu para estados e municípios a responsabilidade da oferta e do atendimento ao enorme contingente de jovens e adultos com escolaridade incompleta" (SOARES, 1999, p. 28).

Entretanto, Haddad (2007) afirma que, por imposição legal ou por pressão da sociedade, os municípios passaram a tomar em suas mãos a responsabilidade política por atender a população de estudantes jovens e adultos, oferecendo a escolarização básica. O autor nos lembra da passagem de Paulo Freire pela Secretaria de Educação da cidade de São Paulo e como esse movimento influenciou outras secretarias a assumirem este papel de desenvolver projetos de EJA:

Também vários governos municipais progressistas, a partir da inspiração e presença do professor Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 1990, passaram a desenvolver programas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, com a participação da sociedade civil, resgatando o ideário das experiências anteriores ao regime militar, período profícuo do debate sobre EJA na lógica da educação popular. O Movimento de Alfabetização (MOVA), modelo de programa nascido na gestão Freire, espalhou-se por todo o país, em governos municipais e estaduais de diversos partidos, mas principalmente nas gestões do Partido dos Trabalhadores. O modelo implementado, ao envolver entidades e movimentos sociais, acabou por fortalecer no âmbito da sociedade civil a demanda por EJA e experiências educacionais nessa área (HADDAD, 2007, p. 199).

Freire, que atuou como Secretário Municipal de Educação na gestão de Luiza Erundina de Sousa, do Partido dos Trabalhadores – PT, na cidade de São Paulo, no período de janeiro de 1989 a maio de 1991, desenvolveu importantes propostas pedagógicas e de gestão naquela secretaria. O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) do município de São Paulo existiu entre 1989 e 1992 e nasceu da parceria entre os grupos populares e a Secretaria Municipal de Educação, tendo Paulo Freire como secretário de educação (SANTOS, 2010). Segundo Franco (2014), no MOVA houve investimento na EJA, na forma de supletivo, nas escolas municipais, o que demonstrava um compromisso com o direito do aluno trabalhador, não um caso de assistência social. Santos (2010) afirma que o MOVA foi



referência para o surgimento de muitos programas em vários municípios e estados, com administrações progressistas.

Este foi apenas um dos projetos de Paulo Freire como Secretário de Educação de da cidade de São Paulo. De acordo com Barreto (2004), o projeto político-pedagógico de Freire nessa função apoiou-se na construção de uma escola pública e democrática, tendo como objetivos a democratização da gestão e do acesso, além da busca da qualidade de ensino, garantindo a permanência do aluno na escola e a efetivação de um movimento de alfabetização de jovens e adultos. "O projeto de formação permanente dos professores, a prática da interdisciplinaridade, a reorganização curricular foram três dos muitos projetos desenvolvidos neste período" (BARRETO, 2004, p. 47).

A influência das ideias de Paulo Freire na educação em geral e, especialmente na EJA, é notável. Ele foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife – PE, que tinha como princípio a valorização da cultura popular e o objetivo de "promover a integração do homem e da mulher nordestinos no seu processo de libertação social, econômica, política e cultural, para assim poderem estes e estas contribuir com suas presenças cidadãs na sociedade brasileira" (FREIRE, 2006, p. 128)⁴. Além disso, organizou a campanha de alfabetização de Angicos - RN, em 1963, na qual ganhou visibilidade nacional por alfabetizar 300 trabalhadores em 45 dias. A partir dessa experiência, ainda em 1963, Freire foi convidado a estruturar uma campanha nacional de alfabetização, chamada "Programa Nacional de Alfabetização", que foi extinta no ano seguinte, na ocasião do golpe militar. Perseguido, Freire partiu para um exílio que durou mais de 15 anos.

Seu "pecado" fora alfabetizar para a conscientização e para a participação política. Alfabetizar para que o povo emergisse da situação de dominado e explorado e que assim se politizando pelo ato de ler a palavra pudesse reler, criticamente, o mundo. Sua compreensão de educação de adultos era essa. Seu difundido "Método de Alfabetização Paulo Freire" tinha suporte nessas ideias que traduziam a realidade da sociedade injusta e discriminatória que construímos. E que precisava ser transformada (FREIRE⁵, 2006, p. 120).

Contudo, sua contribuição não está apenas no desenvolvimento de seu "método" de alfabetização e em seus trabalhos ligados à Educação Popular e movimentos sociais, mas na concepção de sociedade, de educação, de escola, de educando e de educador que ele propôs em suas diversas obras (FREIRE, 1967, 1970, 1977, 1978, 2001, 2002, 2003, 2004, 2006, 2013 entre outros).

⁴ Para conhecer todas as atividades desenvolvidas por Freire no MCP, consultar Freire (2006).

⁵ Nota de Ana Maria Freire em Freire (2006).



As contribuições de Paulo Freire, seja na gestão da Secretaria Municipal de Educação, ou em suas obras acerca da educação popular, parece ter influenciado a criação do curso de suplência na RPME de Betim. Premida pelas condições sociais e políticas da época, e diante de um governo progressista, a Prefeitura Municipal de Betim, por meio da Secretaria Municipal de Educação, decidiu elaborar uma proposta de curso, que atendesse especificamente ao público jovem, adulto ou idoso. Sendo assim, foi implantado em caráter experimental o curso de Suplência. Esta foi a primeira iniciativa pedagógica destinada a estudantes jovens, adultos e idosos no segundo segmento do Ensino Fundamental (ou, usando a denominação anterior, ensino de 5^a a 8^a séries) na Rede Municipal de Educação de Betim e funcionou entre 1995 e 1999 em quatro escolas (BETIM, 1996, 1999). Conforme mencionado pelos colaboradores, até essa época era ofertado apenas o ensino noturno anual e de caráter regular, não havendo nenhum direcionamento ou projeto educacional da Rede Municipal específico para estudantes jovens, adultos e idosos.

A primeira escola a pensar uma nova modalidade de EJA foi, segundo a pedagoga Mônica Raquel de Azevedo, a Escola Municipal "Antônio D'Assis Martins" (o "Gigante" ou "Gigante da Vila"), na qual trabalhava. Essa era a mesma escola que Carminha trabalhou no final da década de 1980 e início da década de 1990, até ser convidada para assumir um cargo de gestão na Secretaria Municipal de Educação. Mônica ressaltou que essa discussão sobre a implantação da EJA aconteceu antes mesmo de essa discussão se disseminar pelas escolas de ensino noturno da Rede Municipal: "(...) nossa escola se destacava muito. Todos fazem a escola; cada uma tem a sua clientela e suas peculiaridades, mas a nossa era muito boa em termos estruturais, puxava mesmo, sempre as novidades e os questionamentos partiam daqui", afirmou Mônica Raquel. Carminha reiterou a fala de Mônica: "No 'Gigante da Vila', já existia um projeto para estudantes jovens e adultos em que se pensava na acolhida dessa pessoa que não estudou, de modo a incluí-la no processo para que continuasse. Então, o projeto de uma educação diferenciada para estudantes jovens e adultos se iniciou lá mesmo".

A professora Silvana Aparecida Ferreira Bicalho Carvalhaes, que também trabalhava no "Gigante", falou sobre as visitas que ela e colegas realizavam em escolas de outras redes, na busca por novas experiências de EJA: "O Eutair⁶, que era diretor da escola naquela época, já estava olhando a documentação necessária e visitando algumas escolas de outras redes para buscar experiência. Lembro-me de que fomos depois visitar algumas escolas de

⁶ Eutair dos Santos foi diretor da Escola Municipal "Antônio D'Assis Martins" de 1994 a 1998 e exerceu o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura de Betim no período de 1999 a 2000. Foi vereador por quatro mandatos na cidade. É professor de História da rede municipal de educação.



Contagem e de Belo Horizonte, para escutar o relato dos professores: o que eles já tinham feito; como estavam, quais os projetos com que trabalhavam. Essa foi uma iniciativa da nossa escola”.

A Suplência foi implantada em caráter experimental em quatro escolas (BETIM, 1996, 1999). Segundo Carminha, que foi uma das funcionárias da Secretaria de Educação que coordenou a implantação do curso, a escola participava por adesão e somente algum tempo depois o projeto se estendeu para toda a rede. A pedagoga Eliana Maria Batista Lima confirmou essa versão: “(...) as escolas foram convidadas a oferecer a suplência, montar mesmo um projeto de EJA. Nas reuniões que havia na Secretaria de Educação, uma vez perguntaram quem tinha interesse em participar; eu me ofereci, levei a proposta para a escola. A gente votou e a maioria aceitou. Até então o projeto político-pedagógico da nossa escola não previa essa modalidade”.

Silvana, professora de Matemática, foi uma das convidadas a participar da implantação do projeto de suplência no "Gigante", mesma escola de Mônica, que era pedagoga. Silvana contou: “nossa escola foi a primeira mesmo e logo depois vieram outras, mas a nossa equipe foi a primeira a estudar sobre o assunto. No início, nós pegamos os documentos de Contagem (...) para estudarmos e vermos como seria o perfil dos alunos, como iríamos trabalhar e que tipo de metodologia utilizar”.

Alguns de nossos colaboradores enfatizaram que, para ajudar na elaboração da proposta de EJA em Betim, o próprio Paulo Freire esteve na cidade. O pedagogo Alfredo ressaltou que “Betim recepcionou, para dialogarem com os educadores, figuras de destaque do movimento nacional de renovação pedagógica, dentre eles, o próprio Paulo Freire”. O foco escolhido para o trabalho na EJA, segundo educador, era a inclusão: “havia reformulações na Educação Básica em geral, no sentido de imprimir uma perspectiva e uma dinâmica de trabalho focadas na inclusão educacional. Havia uma tentativa de inversão das prioridades do currículo escolar para trabalhar a partir da realidade e experiências concretas dos alunos, que era o chavão da época. Uma tentativa de colocar em prática as teses de Paulo Freire. (...) Nosso fundamento teórico baseava-se nas ideias de educação dialógica de Paulo Freire. Convocávamos a comunidade para ajudar na elaboração dos projetos.(...) Tínhamos espaço para debater concepções de educação”.

O professor Vila lembrou que Freire, inclusive, esteve presente por diversas vezes, participando de eventos e formações no município. Ele disse que, como o número de analfabetos em Betim era altíssimo no início da década de 1990, Freire apoiava bastante as iniciativas educacionais da cidade: “Lembro-me de ele ter vindo umas três vezes e eu participei de diversas atividades. Ele vinha dar palestra e conversava tanto com os



professores, separados, ou com o pessoal do PT – também fazia separado. Mas ele veio várias vezes. (...) Desde a década de oitenta ele fazia encontros com o pessoal da igreja, das sedes ou dos sindicatos que promoviam. Eles marcavam um encontro e era chamado quem trabalhava com alfabetização, especialmente o pessoal da educação. Ele vinha mais como militância. "Vira e mexe" tinha uma palestra, mas muitas vezes eram reuniões mesmo. O sindicato sempre trazia. Foram várias palestras e conversas informais”.

Figura 1 – Paulo Freire participando de evento em Betim⁷



Fonte: Acervo do Professor Vila

Carminha confirmou que realmente Paulo Freire esteve na cidade, especialmente para um encontro com educadores da Rede Municipal de Educação de Betim: “Inclusive, no início do projeto⁸, o próprio Paulo Freire veio fazer uma palestra geral na cidade, para a qual as cidades vizinhas foram convidadas”. Visivelmente emocionada, ela elogiou bastante essas iniciativas: “Eu falo que Betim dormia em berço esplêndido!”.

⁷ Nessa foto, Paulo Freire está ladeado pelo Secretário de Educação na época, Carlos Roberto de Souza, irmão de Vila, e por Noemi Gontijo, fundadora e presidente do Salão do Encontro, uma instituição existente na cidade destinada a desenvolver ações relacionadas à educação, cultura e capacitação profissional para pessoas de baixa renda. Para maiores informações sobre o Salão do Encontro, ver <<http://www.salaodoencontro.org.br>>. Acesso em 26 mar. 2021.

⁸ Carminha refere-se ao curso de Suplência.



Figura 2 – Paulo Freire participando de evento em Betim no ano de 1995⁹



Fonte: Acervo do Professor Vila

Acreditamos que a vinda de Paulo Freire a Betim tem relação com o fato de a cidade, naquele momento, ser administrada pelo PT (Partido dos Trabalhadores), do qual Freire havia sido um dos fundadores (e o único partido ao qual se filiou durante toda a sua vida).

Em linhas gerais, o curso de suplência tinha a duração de dois anos e trabalhava essencialmente por projetos. Carminha informou que era muito comum se dizer que o curso era semestral, porém, na realidade ele não funcionava dessa forma: "Se, por exemplo, um aluno tivesse parado na terceira série e estivesse iniciando o curso agora, ele entraria no primeiro segmento e cursaria dois anos. Se ele parou no 7º ano, ele vai entrar no segundo ano da suplência? Não, ele cursava os dois anos. Era muito comum falar que o curso era semestral, mas, na verdade, o curso era fechado".

Essa informação, no entanto, é controversa quando tomamos os depoimentos de professores e pedagogos que trabalharam nesses cursos de suplência. Os professores Luiz Carlos e Silvana, bem como as pedagogas Mônica Raquel e Eliana afirmaram que, na prática, o atendimento ocorria por semestre, isto é, cada série era cursada em seis meses.

Um ponto convergente que observamos em relação às práticas pedagógicas mencionadas pelos entrevistados é que a metodologia principal de trabalho era a de projetos, buscando a interdisciplinaridade, ou, pelo menos, a multidisciplinaridade. Eliana enfatizou a importância desse tipo de trabalho na EJA: "A nossa metodologia de trabalho continuamente envolvia projetos. Isso desde o início da suplência mesmo, passando por todas as

⁹ Nessa foto, Paulo Freire está ao lado da Prefeita de Betim entre 1993 e 1996, Maria do Carmo Lara e do Secretário de Educação na época, Carlos Roberto de Souza.



modalidades¹⁰. Nós percebemos que a partir do momento em que você está no coletivo, trabalhando alguma coisa dentro da realidade do aluno, isso aproxima mais o aluno da escola”. Silvana também citou essa perspectiva de trabalho: “A nossa metodologia funcionava bem, pois trabalhávamos através de projetos interdisciplinares”.

Paulo Freire, considerado uma das inspirações para o curso de suplência em Betim, também incentivava a prática da interdisciplinaridade. No verbete “interdisciplinaridade” do Dicionário Paulo Freire (STREECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010), Andreola (2010, p. 229) diz que a interdisciplinaridade é estabelecida por Freire “como requisito para uma visão da realidade nas perspectivas da unidade e da totalidade do real”. Andreola (2010) ressalta que, quando Freire esteve à frente da gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (entre 1989 e 1991), a proposta de trabalho envolvia uma concepção interdisciplinar do currículo escolar. Barreto (2004) também lembra que vários projetos desenvolvidos nessa gestão de Freire ganharam destaque, tais como o projeto de formação permanente dos professores, a prática da interdisciplinaridade e a reorganização curricular¹¹.

O professor Lázaro Mariano Alves chegou a salientar que, devido ao tipo de planejamento e execução que eram feitos, os projetos assumiam uma perspectiva transdisciplinar: “Os trabalhos eram muito juntos. Na época a gente não falava de transdisciplinaridade, se falava em interdisciplinaridade, que é muito mais que a “trans” de hoje. Realmente era tudo planejado em conjunto”. Ele citou um projeto cujo tema era o próprio Paulo Freire, sendo o primeiro projeto que sua escola desenvolveu no curso de suplência: “O primeiro projeto nosso foi um painel de Paulo Freire, com uma foto dele que havia saído em uma revista pedagógica”. Lázaro relatou que foi feito um trabalho com todas as disciplinas, destacando a contribuição da Matemática: “Ampliamos aquele painel, aliás, foi um trabalho de Matemática que eu fiz com os meninos em escala. Ampliamos aquela foto da revista e colocamos como o mentor, bem na entrada da escola. Havia trabalhos dos alunos espalhados por todo quanto é canto”.

Considerações finais

Neste texto, nossa intenção foi investigar qual a influência de Paulo Freire na constituição e desenvolvimento de um curso de suplência, direcionado a estudantes jovens, adultos e idosos, no 2º segmento do Ensino Fundamental, na RPME de Betim. Para essa

¹⁰ Eliana referia-se aos outros cursos de EJA da RME de Betim em outros momentos: CEAN, “Presencial formal” etc.

¹¹ Desses projetos surgiu a publicação “Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública”, organizado por Nídia Pontuschka e publicado em 1993.



análise, exploramos entrevistas dos educadores que atuaram nesses cursos, seja na elaboração da sua proposta pedagógica ou como educadores, junto aos estudantes. Tomamos como subsídio teórico-metodológico a História Oral e apresentamos alguns trechos das entrevistas que realizamos, nos quais os depoentes revelaram suas concepções sobre o curso de suplência e sobre suas práticas pedagógicas nesse curso.

Um primeiro ponto que destacamos é referente aos motivos que levaram à implantação desse curso. Até então, a RPME de Betim não oferecia nenhum projeto específico que atendesse a estudantes jovens, adultos e idosos. Essa necessidade se deve a um novo olhar para o público do ensino noturno daquele período e a importância de se considerar, tal como pondera Oliveira (1999), o lugar social desses sujeitos, até então, excluídos da escola.

Por meio das falas dos educadores, observamos a influência direta de Paulo Freire e suas ideias para o planejamento de implantação do curso de suplência e o seu desenvolvimento. A cidade de Betim, naquele momento, elegia uma gestão municipal com uma proposta de governo democrático-popular, na busca por incorporar as demandas dos movimentos sociais locais. Diante dessas condições, o curso de suplência foi implantado. Ainda que não contemplasse todas as escolas da rede municipal da cidade, já se tornava um indício da necessidade de se repensar a EJA no município. As narrativas dos educadores mostraram que havia um desejo e uma tentativa de se refletir acerca da organização administrativa e das práticas pedagógicas do ensino destinado a esse público específico

Acreditamos que ao conhecer como os professores e pedagogos vivenciaram os acontecimentos pode nos ajudar a compreender os modos como veem a EJA e o ensino na EJA. Explicitar essas concepções pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias para a elaboração de cursos e propostas pedagógicas o ensino destinado a estudantes jovens, adultos e idosos.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

ANDREOLA, Balduino. Interdisciplinaridade. STREECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. 7ª ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. 138 p.

BETIM, MG. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Projeto político-pedagógico para a educação de jovens e adultos: modalidade: suplência de quinta a oitava séries: rede municipal de Betim: versão preliminar**. Betim, 1996.



BETIM. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Político-Pedagógico de Betim: Escola Democrática. Resoluções do III Congresso Municipal de Educação de Betim.** 1999.

BITENCOURT, Celeste D. de S. **A noção de competência – na política pública de educação de jovens e adultos da rede municipal de Betim: Avanço e ou retrocesso na formação humana.** 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Célia P. Ensino noturno no contexto as condições de acesso à escolarização. In: **Educação de jovens e adultos trabalhadores em debate.** São Paulo: CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1989.

CURY, Carlos R. J. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; GREIVE, Cynthia G. **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 567-584.

FRANCO, Dalva de S. (2015). A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências. **Pro-Posições**, 25(3), 103–121. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642435>. Acesso em: 07 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Cartas à Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis.** São Paulo, Editora UNESP, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GARNICA, Antonio Vicente M. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. In: **Zetetiké** (UNICAMP), Campinas, v. 11, n. 19, 2003, p. 09-55.

GARNICA, Antonio Vicente M. A História Oral como um recurso para a pesquisa em Educação Matemática: um estudo do caso brasileiro. In: **V CIBEM.** Porto (Portugal): Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Associação dos Professores de Matemática, 2005. v. 01. p. 01-12.



GARNICA, Antonio Vicente M. História Oral e Educação Matemática. In: BORBA Marcelo de C.; ARAÚJO, Jussara de L. **Pesquisa qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 79-100.

GARNICA, Antonio Vicente M. Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. In: **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 32, p. 20-35, 2010a.

GARNICA, Antonio Vicente M.; SOUZA, Luzia A. de. **Elementos de História da Educação Matemática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

HADDAD, Sérgio. A ação dos governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 197-211, maio/ago. 2007.

PONTUSCHKA, Nídia (org.). **Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1993.

SANTOS, Maria Alice de P. MOVA. In: STREECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 274-276.

SILVA, Carla R. M.; GARNICA, Antônio V. M. O papel das entrevistas na construção de uma história da formação de professores de Matemática em Mato Grosso do Sul. In: **Anais do II Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática - ENAPHEM**, Bauru - SP, 2014.

SOARES, Leôncio J. G. Processos de inclusão/exclusão na educação de jovens e adultos. **Presença Pedagógica**, v.5, nº 30, nov/dez 1999. p. 25-33.

SOUZA, Luzia A. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um Grupo Escolar**. 2011. 420 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2011.

STREECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Memória, História e Experiência: Trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

Recebido em: 10/08/2021

Aceito em: 29/09/2021